

Relatório de Atividades 2013



Instituto de Defesa do Direito de Defesa

7º JANTAR ANUAL DE CONFRATERNIZAÇÃO DO IDDD

3 de dezembro de 2013, 20h

O IDDD agradece o apoio dos associados e parceiros ao 7º Jantar de Confraternização.

A colaboração de todos é fundamental para viabilizar a continuidade das atividades e dos projetos do Instituto.

APOIO

Charlo
buffet



LIONS NIGHTCLUB

ARA
VARTANIAN

Jê Américo

Claudio Tozzi

BIA PASSARO

INSTITUTO
TOMIE OHTAKE



APRESENTAÇÃO

Palavra da Presidente	04
-----------------------	----

O IDDD

O instituto em 2013	06
O IDDD e seus associados	08
Planejamento Estratégico	10
Fortalecimento Institucional	12
Jantar de Confraternização	14
Comunicação Institucional	16

PROJETOS

SOS Liberdade	20
Direito de Defesa no Tribunal do Júri	22
Comunicação entre Réu e Defensor	24
Rede Justiça Criminal	26
Intervenções pelo Direito de Defesa	30
Educação para Cidadania no Cárcere	32
Educação para Direitos	34
Olhar Crítico	36
Pesquisa Efetividade do Direito de Defesa na América Latina	39
Pesquisa sobre a Defensoria Pública de São Paulo	40
IDDDoc	42
Bate-papo	44

PARCERIAS INSTITUCIONAIS

Financiamento	46
Nossa Rede	47
Parceiros e Apoiadores	48

PALAVRA DO PRESIDENTE



Caros associados, mantenedores e parceiros,

O ano de 2013 foi, sem dúvida, de extrema importância para a luta em defesa do direito de defesa. Ano difícil, pautado pela flexibilização – por nossos Tribunais Superiores - de alguns direitos e garantias fundamentais a todos os cidadãos.

Esse relatório procurará mostrar de forma bastante objetiva o andamento de nossos antigos projetos e, ainda, as novidades – e desafios – do Instituto de Defesa do Direito de Defesa.

Inicialmente, gostaria de fazer um agradecimento especial a Marina Dias, que nos anos em que esteve à frente da Presidência do IDDD, trabalhou, de forma obstinada, para o fortalecimento do Instituto. Importante agradecer também o afinho e paixão de nossa

Diretoria, que no triênio passado não poupou esforços para levantar as bandeiras do fortalecimento do Direito de Defesa. Um agradecimento final a toda equipe administrativa e aos voluntários que durante algum período também devotaram parte de seu tempo às nossas causas, que deveriam ser e ainda serão as causas de todo o povo brasileiro.

4

Volto a dizer que 2013 foi um ano difícil e ao mesmo tempo um ano de vitórias. Certamente vitórias de difícil alcance se não fosse o trabalho de nossos mais de 330 associados.

Hoje o IDDD conta com 12 projetos em andamento e outros tantos em fase de formulação. Para aqueles que não conhecem o dia a dia do Instituto, vale dizer que a cada mudança de gestão fazemos uma grande reflexão do que passou e do que está por vir. São dois dias inteiros, com a presença de um especialista facilitador, de reuniões entre os membros da diretoria, de nossa equipe e de alguns conselheiros. Dessa reunião se extraem os objetivos e estratégias para implantação das diretrizes do Instituto na gestão que está por vir. Para minha gestão (2013/2016), formatamos os seguintes Objetivos Estratégicos:

1. Priorizar a litigância estratégica para mudanças de jurisprudência
2. Sensibilizar a sociedade sobre as consequências da violação do direito de defesa
3. Implementar o pleno acesso à justiça mediante a protagonização de uma defesa de qualidade e participação ativa a produção de políticas públicas pelo estado
4. Contribuir para a adoção de uma política criminal à luz do direito de defesa.

A litigância estratégica é o quociente de uma verdade por muito meditada e ao final percebida: precisamos ser realistas. E isso nos impõe a certeza de que somos um país em que a Corte Constitucional tem reafirmado por anos os direitos individuais e ainda assim os juízes de primeiro grau decidem de modo inverso e afrontoso às normas da Constituição.

Mas isso, é claro, não pode ser mudado apenas com confrontos no campo das ideias. É preciso sensibilizar a sociedade de que os direitos individuais servem para diminuir as chances do erro judiciário e limitar o poder do Estado. O processo criminal não é uma estrada que pode ser escolhida, mas o único trilho disponível para alcançar Justiça no acerto das decisões processuais.

O Estado precisa se adaptar. Se adaptar à Declaração Universal dos Direitos do Homem, criando presídios dignos, terminando de uma vez por todas com a tortura investigativa, com prisões para averiguações e humilhações públicas como nas revistas em pessoas invariavelmente pobres. Mas também precisa se adaptar à Constituição da República, aceitá-la de uma vez por todas e pô-la em prática: ninguém pode ser considerado culpado, e o mais importante, VIVER COMO CULPADO (preso) antes de ser julgado, salvo nas hipóteses excepcionais estabelecidas em lei.

Espero que a leitura deste relatório aproxime todos cada vez mais dos ideais do Instituto.



Augusto de Arruda Botelho
Presidente

O INSTITUTO EM 2013

Mudança de gestão, investimento em novo planejamento estratégico e um olhar atento para a comunicação são os destaques de um ano especial para o Instituto

Há algum tempo o IDDD vem percebendo a importância de diversificar suas estratégias para cumprir a sua missão, cada vez mais desafiadora, de defender e fortalecer o direito de defesa. Assim, sem abandonar a sua grande vocação de prestar assistência jurídica gratuita com qualidade, o Instituto tem se voltado também para o aprimoramento de sua atuação estratégica, em ações que vão desde a litigância estratégica nos Tribunais Superiores até um intenso trabalho de articulação política junto aos Poderes Legislativo e Executivo.

Essa trajetória, iniciada há alguns anos, continuou em 2013, por meio da atuação em rede, ao lado de outras organizações da sociedade civil que trabalham pela construção de uma Justiça Criminal mais justa, democrática e garantidora dos direitos fundamentais do cidadão.

Merece destaque o trabalho que o IDDD realizou durante o ano, em conjunto com a Rede Justiça Criminal, para a aprovação do projeto de lei do Senado n. 554/2011, que prevê a obrigatoriedade da apresentação do réu preso a um juiz no prazo de 24 horas. Essa audiência, que no Brasil vem sendo chamada de “audiência de custódia”, deve controlar a legalidade da prisão, a necessidade de sua conversão em custódia preventiva e/ou a decretação de medidas cautelares alternativas, bem como verificar a ocorrência de maus tratos e tortura por parte de agentes públicos. O projeto de lei, cujo texto foi cuidadosamente construído por um grupo de associados voluntários do IDDD, entre os quais destacamos o Conselheiro Leônidas Ribeiro Scholz, foi aprovado em outubro, à unanimidade, pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado e seguiu para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da mesma Casa Legislativa.

6

Vale destacar, também, o trabalho de litigância estratégica nos Tribunais Superiores que vem sendo desenvolvido por um grupo de associados voluntários liderados por nosso ex Vice-Presidente Roberto Soares Garcia.

Além disso, o projeto de um documentário inteiramente dedicado ao sistema de justiça criminal, iniciado em 2010, chegou à sua etapa final. “Sem Pena” já se encontra em edição final e certamente provocará na sociedade civil, a partir da linguagem do cinema, uma reflexão sobre a efetividade do direito de defesa, as dificuldades de um processo criminal e seus desdobramentos na vida do acusado, de sua família e na sociedade.

Não se pode pensar no ano de 2013 sem lembrar o seminário realizado em abril no âmbito do projeto Olhar Crítico. Batizado de “O Crime e a Notícia”, o encontro entre importantes nomes da advocacia criminal e do jornalismo, voltado à discussão de coberturas jornalísticas pautadas pelo respeito ao direito de defesa e à presunção de inocência, foi realizado em parceria com a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), a Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas e o Tribunal de Justiça de São Paulo.

Para conseguir ampliar dessa forma o espectro de sua atuação, o IDDD não pode deixar de consolidar atividades antigas: no júri, por exemplo, o Instituto estendeu sua atuação para a Comarca de Osasco e conta com um grupo de associados cada vez mais comprometido com a defesa de qualidade nos processos para os quais são nomeados. De outro lado, o projeto “Educação para Cidadania no Cárcere” já concluiu sua oitava edição, sempre bastante festejada pela Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo e pelas administrações das diferentes unidades prisionais por onde passou.

| 337 associados | 12 projetos em andamento | 1 Reunião do Conselho Deliberativo
 | 3 dias de planejamento estratégico para a nova gestão | 3 Bate-Papos
 | 1 Reunião com Grupo de Trabalho sobre Detenção Arbitrária da ONU
 | 1 reunião temática do grupo de voluntário no Tribunal do Júri
 | 1 curso sobre o Tribunal do Júri | Cerca de 150 voluntários em projetos
 | Mais de 1.000 projetos de lei monitorados no Congresso Nacional
 | 72 horas-aula em presídios | 1 Ação Civil Pública | 5 Notas Públicas
 | Mais de 40 menções na imprensa | 1 Seminário "O Crime e a Notícia"
 | 2 encontros com associados | 6 viagens para Brasília
 | 2 edições do "Guia de Direito Penal para Jornalistas"
 | 5 debates em redações de veículos de comunicação
 | 200 adolescentes no projeto Educação para Direitos
 | Mais de 45 nomeações para o Tribunal do Júri
 | Mais de 1.000 horas de atividades voluntárias

Além do desenvolvimento e aprimoramento constante de seus projetos, o IDDD busca cada vez mais zelar por uma comunicação eficiente com seus associados e com a sociedade, utilizando-se de mídias sociais e de sua página na internet, além dos tradicionais comunicados escritos e reuniões de associados. O instituto tem a certeza de que o diálogo com seus associados é fundamental para fortalecer sua luta em defesa do direito de defesa.

Para seguir no caminho que o IDDD já vinha trilhando e para encarar novos desafios, foram eleitos novos integrantes para o Conselho Deliberativo e uma nova Diretoria, que, assim que assumiu a gestão do Instituto, participou de intenso planejamento estratégico para o próximo triênio (v. quadro na pág. 11), voltado a otimizar as atividades e seus resultados.

7

IDDD EM NÚMEROS (considerados até 30 de novembro de 2013)

1. Receitas:

• Institucional

Contribuição associativa: R\$ 118.959,70
 Doações de pessoas físicas e jurídicas: R\$ 66.500,00
 Jantar anual de confraternização 2012: R\$ 66.359,41
 (venda de convites) e R\$ 18.500,00 (leilão silencioso)

• Financiamentos

Open Society Foundations (OSF): USD 89.554,50
 Fundação Arymax: R\$ 20.396,40 (saldo de 2012)
 Fundo de Investimento Social A. Jacob e Betty Lafer:
 R\$ 7.500,00 + R\$ 1.051,00 (saldo de 2012)

2. Despesas:

Despesa institucional: R\$ 528.316,77 (neste cálculo estão considerados os custos fixos do IDDD, incluindo os recursos humanos)

O balanço anual do instituto, inclusive com as despesas de cada projeto, será publicado e estará disponível no site do IDDD no início de 2013.

VOLUNTARIADO QUALIFICADO E FORÇA INSTITUCIONAL

Garantia de qualidade e expertise no desenvolvimento dos projetos vem do envolvimento voluntário dos advogados associados

Diretor de Associados: José Carlos Abissamra Filho

337 associados

Cerca de 150 associados são voluntários em projetos

Uma reunião de associados | Um *happy hour* para os associados

Mais de 35 comunicados exclusivos para associados

O IDDD chega ao final de 2013 com 25 novas associações, totalizando 337 associados. Formado, em sua imensa maioria, por advogados criminalistas, o instituto tem sido reconhecido por diferentes instituições e importantes interlocutores como uma das poucas organizações não governamentais que têm em sua base o trabalho voluntário de alto valor agregado, prestado por esses associados em diferentes projetos.

8

Ao participar de um mutirão carcerário, assumir um processo no Júri pelo convênio com a Defensoria, se debruçar na análise de projetos de lei, ministrar uma aula ou participar de qualquer outra atividade do Instituto, os associados trazem consigo uma bagagem bastante rica, uma vez que atuam diariamente no enfrentamento de questões afetas à Justiça Criminal e sabem muito bem quais são os principais desafios do direito de defesa apresentados no cotidiano.

Do total de associados, mais de 150 advogados foram voluntários nos projetos do Instituto durante o ano de 2013. Esse número só fortalece a ideia de que o trabalho voluntário é uma via de mão dupla, na qual a experiência, além de trazer benefícios à pessoa atendida, gera aprendizado e crescimento pessoal para o próprio voluntário.

Além disso, ao se associar ao IDDD, o advogado investe na defesa de uma causa que julga ser relevante. Quando concorda em pagar mensalmente uma contribuição, expressa sua crença na importância do trabalho do Instituto pelo fortalecimento do direito de defesa. E são essas contribuições mensais que viabilizam o dia a dia do IDDD e que, somadas às contribuições dos escritórios de advocacia e aos financiamentos externos, permitem o desenvolvimento de diferentes projetos.

O IDDD também reconhece a importância de ouvir seus associados. Para tanto, foram criados canais de comunicação direta, como o envio frequente de comunicados por *e-mail* e reuniões periódicas. Ao lado disso, o IDDD mantém canais informativos, como o *site* e as mídias sociais (*facebook* e *twitter*).

O calendário de 2013 contou, também, com a tradicional Assembleia Geral, com três Bate-Papos, uma reunião com os voluntários atuantes no Tribunal do Júri, uma reunião de associados e um *happy hour* de confraternização, além, é claro, do 7º Jantar de Confraternização no final do ano. Todos esses são momentos de aproximação e diálogo entre gestores do IDDD, sua equipe administrativa e associados voluntários.

REUNIÕES E INFORMES MANTÊM ASSOCIADOS ATUALIZADOS

O IDDD promoveu três momentos de diálogo com seus associados em 2013. Os dois primeiros, realizados na sede do Instituto, contaram com a divulgação de informes completos sobre as atividades desenvolvidas nos diferentes projetos. O último, um *happy hour* na Vila Madalena, tinha o objetivo de integrar os associados de maneira mais descontraída. Os encontros de associados também servem para receber sugestões e estreitar os vínculos entre os integrantes do Instituto.

29 de abril, 19h - Assembleia Geral

Pauta: aprovação de contas, de relatórios de atividades e das políticas estratégicas gerais do Instituto. Na ordem do dia também estava a realização de eleições para o Conselho Deliberativo, para a Diretoria e para o Conselho Fiscal do Instituto. Os novos eleitos podem ser visualizados no expediente deste relatório (pág. 49).

26 de junho, 19h - Reunião de associados para atualização de projetos

Pauta: principais resultados obtidos nos últimos meses com as iniciativas de litigância estratégica, com as atividades de *advocacy* pela implementação da audiência de custódia e no projeto Olhar Crítico.



02 de outubro, 19h - Happy hour dos associados



PARA CONQUISTAR MELHORES RESULTADOS

Reorganizar os eixos estratégicos de atuação da instituição foi essencial para planejar suas atividades nos próximos três anos

Como já é tradição no IDDD, a nova Diretoria, que tomou posse em abril deste ano, participou de intenso encontro, de dois dias de duração, para avaliar o trabalho do último ano e planejar seus objetivos estratégicos para o próximo triênio.

Com o apoio da consultoria Move Social, especializada em avaliação e estratégia em desenvolvimento social, o IDDD trabalhou na reorganização de seus eixos estratégicos a fim de ampliar e aumentar a eficácia de sua atuação, como mostra o quadro ao lado, que guia os projetos e as estratégias descritas nas próximas páginas deste relatório.

Considerando a vocação inicial do IDDD, no sentido de prestar assistência jurídica gratuita e de qualidade para aqueles que não têm advogado constituído, a atuação jurídica aparece como um dos eixos centrais deste planejamento. Neste eixo, encontra-se também o intenso trabalho de litigância estratégica a que o IDDD tem se proposto nos últimos anos e que pretende fortalecer ainda mais no futuro.

Ao lado da atuação jurídica, aparece a atuação política, na qual podemos encaixar as intervenções pelo direito de defesa e todo o trabalho de *advocacy* realizado junto aos Poderes Executivo e Legislativo, tanto em âmbito estadual, quanto nacional.

Por fim, há o eixo voltado à sensibilização da sociedade, no qual aparecem os projetos relacionados a educação, imprensa e arte.

Para alcançar resultados relevantes nesses três eixos estratégicos é também necessário investir esforços no fortalecimento institucional, o que se faz tanto pela gestão da equipe e de seus recursos quanto pelo apoio à produção de dados e conhecimento (pesquisas).

ATUAÇÃO JURÍDICA

SOS Liberdade

**Direito de Defesa no
Tribunal do Júri**

**Advocacy:*
ativismo
estratégico junto
às instituições
políticas para
defesa de
direitos.

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

Jantar de Confraternização

Apoio:

move

● avaliação e estratégia em desenvolvimento social

ATUAÇÃO POLÍTICA

Comunicação entre Réu e Defensor

Rede Justiça Criminal

Intervenções pelo Direito de Defesa

SENSIBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE

Educação para Cidadania no Cárcere

Educação para Direitos

Olhar Crítico

Bate-papo

IDDDoc (Demasiado humano* e Sem Pena)

LIVREria*

* Projetos em fase de Planejamento ou Captação de Recursos.

ESTRATÉGIA-MEIO

Pesquisa: “A Defensoria Pública de São Paulo em Matéria Criminal: Observações sobre o atendimento ao preso provisório”

Pesquisa: “Efetividade do Direito de Defesa na América Latina”

CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL E CONSCIENTE

Aprimoramento da gestão institucional garante consistência em resultados

A gestão estratégica do IDDD só é possível graças à dedicação e ao comprometimento do corpo diretivo, que dedica horas de trabalho voluntário em reuniões internas e encontros com parceiros de outras organizações.

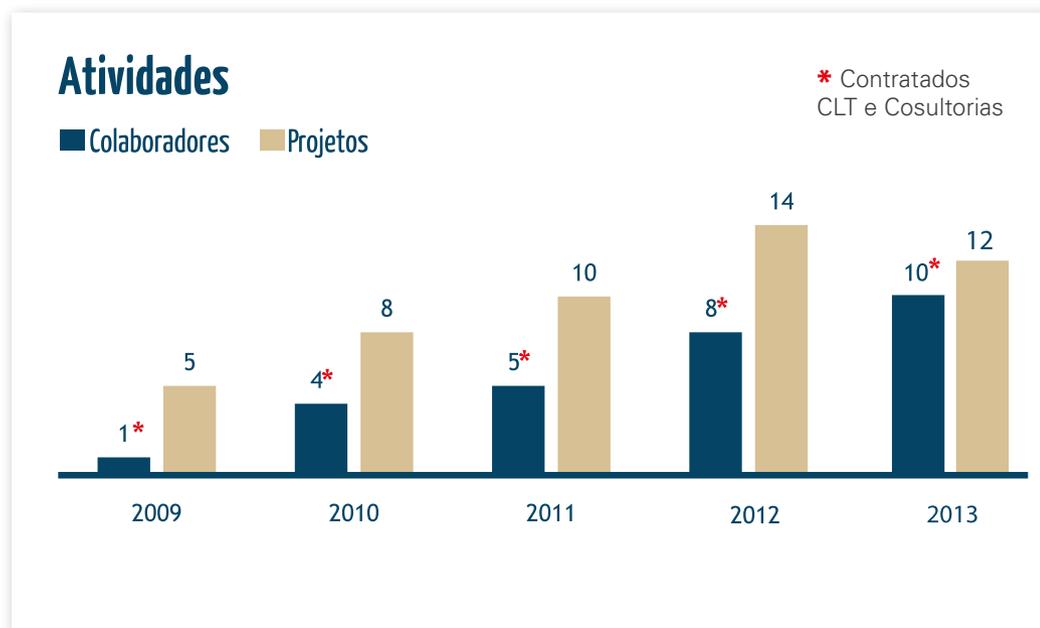
Com a distribuição de funções de gestão entre os Diretores, avançou-se na compreensão sobre as demandas de cada projeto, no sentido de obter melhores resultados. Os Diretores do IDDD distribuem-se entre funções de gestão de ao menos um projeto para acompanhar como responsável, com a colaboração de associados voluntários e, muitas vezes, associados coordenadores. Foi estratégico identificar que, em alguns casos, o trabalho dos associados voluntários nos projetos precisa de atividades complementares, de áreas do conhecimento complementares à área jurídica, bem como de investimento na contratação de profissionais com dedicação exclusiva para a realização de determinadas atividades.

Dessa maneira, a busca pela ampliação das fontes de financiamento e a necessidade de captação de recursos para cobrir despesas de serviços, recursos humanos e despesas relacionadas aos projetos foi reconhecida como prioritária para o desenvolvimento do Instituto. Como base para a captação de recursos, o investimento em plataformas de visibilidade e em apresentações institucionais foi priorizado. Além disso, cada vez mais o Instituto vem entendendo a importância e ampliando a cultura interna de avaliação de resultados, sempre com o acompanhamento da consultoria Move Social.

12

Soma-se a esse processo, a capacitação da equipe de gestão para a realização de busca eficiente por financiamento. Diretores e colaboradores participam rotineiramente de eventos de capacitação e integração com organizações do terceiro setor e áreas afins. Além disso, o IDDD vem passando nos últimos meses por um trabalho de avaliação e consultoria na área de recursos humanos, a fim de fortalecer a Diretoria e a equipe administrativa e dinamizar os processos decisórios. Não por acaso, depois de todo esse investimento na melhoria da gestão, o IDDD vem aumentando o número de fontes de recursos para sustentar suas ações. Confira, a seguir, o quadro que relaciona projetos e colaboradores no instituto nos últimos 5 anos.

Diretora Administrativa: Renata Mariz de Oliveira Mendonça de Alvarenga
Diretora Financeira: Ludmila Vasconcelos Leite Groch



13

FINANCIADORES DE PROJETOS DO IDDD - 2013

FUNDO DE INVESTIMENTO SOCIAL
A. JACOB E BETTY LAFER

Projeto "Olhar Crítico"



Projeto "Educação para Direitos"



Projetos "Educação para Cidadania no Cárcere",
"Comunicação Réu e Defensor", "SOS Liberdade" e Pesquisa
"Efetividade do Direito de Defesa na América Latina"

ambev



Documentário "Sem Pena"



JANTAR DE CONFRATERNIZAÇÃO DE 2012

APROXIMAR O ASSOCIADO E FESTEJAR AS CONQUISTAS DO ANO

6º jantar anual de confraternização contou com mais de 300 convidados e leilão silencioso para arrecadação de fundos para o Instituto

Diretora responsável: Renata Mariz de Oliveira Mendonça de Alvarenga

Associados premiados: José Carlos Abissamra Filho, Juliana Villaça Furukawa e Priscila Pamela dos Santos

Apoio:



ARA VARTANIAN

GALERIA DE ARTE ANDRÉ
ARTE & CULTURA DESDE 1989

INSTITUTO
TOMIE OHTAKE

CLAUDIO
TOZZI

EDUARDO MUYLAERT
WILSON TEIXEIRA



O 6º Jantar Anual de Confraternização do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), promovido em 11 de dezembro de 2012 no Lions Nightclub, recebeu mais de 300 convidados entre funcionários, parceiros e associados, incluindo alguns dos grandes nomes da advocacia criminal brasileira. Na ocasião, foi realizado um leilão silencioso de obras de arte e joias. Todos os recursos levantados com a venda de convites e com o leilão – aproximadamente R\$ 85 mil – foram destinados para o desenvolvimento dos projetos no ano de 2013.

Durante o Jantar, a então Presidente do IDDD, Marina Dias, agradeceu o apoio e a colaboração de todos os presentes e, junto com os demais Diretores do Instituto, promoveu a entrega dos troféus para os associados que mais se destacaram em razão de um trabalho voluntário absolutamente comprometido, dedicado e vocacionado, durante o ano de 2012: José Carlos Abissamra Filho, Juliana Villaça Furukawa e Priscila Pâmela dos Santos.

Para a realização do jantar, o IDDD contou com o apoio de importantes parceiros, como a Lions Nightclub, que há alguns anos recebe nosso evento, e o Buffet Charlô, responsável pelo jantar. Além disso, não podemos deixar de agradecer os artistas que gentilmente cederam algumas obras para o já tradicional leilão: Ara Vartanian, Claudio Tozzi, Eduardo Muylaert, Galeria de Arte André, Instituto Tomie Ohtake e Wilson Teixeira. O Grupo Egeu também ofereceu *voucher* de almoço ou jantar no restaurante Girarrostro para duas pessoas, que foi sorteado entre os presentes. A associada e Ouvidora Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Luciana Zaffalon Leme Cardoso foi a presenteadada!





Para valorizar os associados que mais se envolvem como voluntários nos projetos, o IDDD promove a entrega do prêmio “associadíssimo” em seu Jantar anual de Confraternização. Em 2012, os ganhadores do Prêmio foram (da esquerda para a direita): Juliana Villaça Furukawa, José Carlos Abissamra Filho e Priscila Pamela dos Santos.



PARA SER VISTO E OUVIDO

Investir na comunicação é essencial para consolidar a imagem do Instituto e para conseguir sensibilizar a sociedade para as consequências do desrespeito ao direito de defesa

Apoio:



Principais atividades:

- | Lançamento da *newsletter* | Início da reforma do *site*
- | Parceria com a FSB Comunicações | 5 notas públicas
- | 5 artigos em jornais e revistas especializadas
- | Mais de 40 menções na imprensa | 350 acessos diários no *site* do IDDD
- | 48 notícias no *site* e mídias sociais | 1380 seguidores no *facebook*
- | 25 mil leitores únicos na página do IDDD no *facebook* | Mais de 60 mil visualizações de nossos *posts* no *facebook*

16

O processo de fortalecimento e consolidação da comunicação institucional do IDDD, que se acentuou em 2012, ganhou destaque em 2013. Durante este ano demos início ao processo de reforma do nosso *site*, retomamos o envio de *newsletter* mensal do Instituto e aumentamos o número de comunicados aos associados, para deixá-los atualizados sobre os principais acontecimentos e vitórias cotidianas do IDDD.

Se a comunicação com os nossos associados é fundamental para o alcance dos objetivos do Instituto, a comunicação externa é imprescindível para ecoar nossos ideais e sensibilizar a sociedade para a importância da nossa causa.

Pensando nisso, o IDDD procura se manifestar publicamente sempre que o direito de defesa é atacado (v. pág. 30) e provocar a imprensa para a cobertura crítica de temas relacionados à Justiça Criminal, além de alimentar a opinião pública com artigos de opinião de seus associados. Nos dias de hoje, o IDDD não pode ignorar a relevância e repercussão das mídias sociais e procura cada vez mais inserir e discutir conteúdo por meio de sua página no *facebook* e de sua conta no *twitter*.

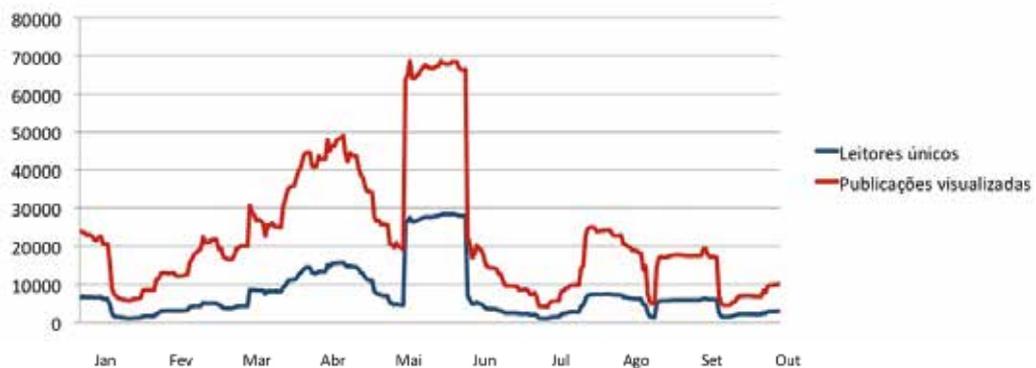
Com tudo isso, o IDDD pretende trazer o debate sobre o direito de defesa e o acesso à Justiça para a sociedade, sensibilizando-a para a importância dessas questões. O esforço tem colocado o Instituto em uma posição de crescente credibilidade junto à imprensa e à sociedade para discutir de maneira qualificada temas afetos ao sistema de Justiça Criminal.

Mas as novidades de 2013 não param por aí. O IDDD passou a contar com o apoio de uma nova parceira. A FSB Comunicações, a maior e mais reconhecida agência de comunicação e assessoria de imprensa do país passou a colaborar conosco de forma *pro bono*.

Muito foi feito, mas sabemos que ainda há muito a fazer para ganhar ainda mais visibilidade e credibilidade, fortalecendo o Instituto, com uma atuação estratégica na área de comunicação. E é por isso que, após a estruturação da área realizada pela jornalista Cristina Uchôa, com o auxílio da assistente de comunicação Janaína Gallo, desligadas do IDDD ao término do projeto Olhar Crítico, o instituto contratou uma nova colaboradora na área, a jornalista Larissa Ocampos, que dará continuidade à rotina comunicacional e trabalhará ao lado da FSB para buscar ainda mais espaço para o IDDD e sua causa nos meios de comunicação.

Em termos de visibilidade, o IDDD ampliou o número de seguidores em sua página do *facebook* em mais de 80%, subindo de 759 em 2012 para 1380 em novembro de 2013. No primeiro semestre deste ano, a média mensal de leitores da página do Instituto foi de 25 mil, número muito maior do que os 10 mil alcançados ao final do ano passado. Além disso, ultrapassamos a marca de 60 mil visualizações de diferentes publicações do IDDD, compartilhadas na rede.

Número de seguidores da Fanpage do IDDD - Facebook



17

O *site* institucional manteve a média diária de 350 acessos, ultrapassando, em alguns casos, a marca de 1.000 acessos em um único dia. Em termos gerais o endereço apresentou, de janeiro a novembro, crescimento de 58% em acessos em relação ao mesmo período de 2012.

Site IDDD



Na imprensa, os esforços para provocar a cobertura jornalística sobre temas ligados ao direito de defesa e a disponibilidade para oferecer informações a repórteres que dispunham de pautas relacionadas à Justiça Criminal fizeram com que o IDDD fosse citado em mais de 40 ocorrências, em jornais impressos, *sites* e revistas especializadas.



PROCURA-SE O PROCESSO

Acusado de estupro é solto após passar quase três anos preso aguardando julgamento; documentos da ação sumiram do fórum

Um homem acusado de estupro foi solto após passar quase três anos preso aguardando julgamento. Documentos da ação sumiram do fórum.

Reginaldo de Souza Costa, 37 anos, acusado de estupro de menor, foi solto após passar quase três anos preso aguardando julgamento. O caso envolveu uma adolescente de 14 anos, que alegou ter sido estuprada pelo acusado em 2011. O processo foi arquivado em 2013 por falta de provas. No entanto, o Ministério Público (MP) pediu a reanálise do caso em 2014, alegando que novos documentos haviam sido encontrados. No entanto, esses documentos não foram encontrados no fórum, o que levou ao arquivamento definitivo do caso.



Juizes criticam projeto que muda execução penal em SP

Procurador-geral de Justiça questiona o Projeto de Lei 1.000, que muda a execução penal em São Paulo. Juizes criticam o projeto.

O Projeto de Lei 1.000, que muda a execução penal em São Paulo, foi aprovado pelo Conselho do Poder Judiciário em 14 de novembro. O projeto prevê a criação de um Conselho de Execução Penal, que terá a função de acompanhar a execução das penas e propor a concessão de liberdade condicional. No entanto, o projeto foi criticado por juizes e procuradores, que alegam que o projeto pode prejudicar os direitos dos presos e a segurança pública.



ONG alerta para número excessivo de presos provisórios

ONG alerta para número excessivo de presos provisórios. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) alerta para o número excessivo de presos provisórios.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) alerta para o número excessivo de presos provisórios, que representam cerca de 40% do total da população carcerária. O CNJ afirma que esse número é muito alto e que deve ser reduzido para melhorar a eficiência do sistema prisional e garantir o direito de liberdade para quem não representa risco à sociedade.



ONG critica projeto de lei sobre prisão em flagrante

ONG critica projeto de lei sobre prisão em flagrante. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) critica o projeto de lei.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) critica o projeto de lei que altera o conceito de prisão em flagrante. O CNJ afirma que o projeto pode prejudicar os direitos dos cidadãos e a segurança pública, pois permite a prisão de pessoas sem a devida fundamentação legal.



Atuação jurídica

Atuação jurídica. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) atua na defesa dos direitos dos cidadãos.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) atua na defesa dos direitos dos cidadãos, promovendo a eficiência do sistema judiciário e garantindo o acesso à justiça. O CNJ também atua na defesa dos direitos dos presos e na promoção da transparência no sistema prisional.

FOLHA DE S. PAULO

2014 NOV 14 08:00

Frederico Vasconcelos
Tribunador Público

Assessoramento Jurídico (S&P)

Frederico Vasconcelos é advogado e professor de Direito. Possui experiência em assessoramento jurídico e ensino de Direito. É autor de livros e artigos sobre Direito Penal e Processo Penal.

Curso de Direito de Defesa: IDDD elege dirigentes

Assessoramento Jurídico (S&P)

Curso de Direito de Defesa: IDDD elege dirigentes. O curso é destinado a advogados e estudantes de Direito. O curso aborda temas como o direito de defesa, o processo penal e a atuação do advogado defensor.

Livraria da Folha

VENTO EXTERMINO

COMPRAR LITROS, SOMENTE POR PÁG. 0,45

RELAÇÃO DE PREÇOS

Sites por indicação

Site: www.assessoradireito.com.br

Assessoramento Jurídico (S&P)

Livraria da Folha

10 DIÁRIOS DEVEIS, PRECISAR DE OBRAS

PREÇO: R\$ 20,00

Comprar

Livraria da Folha

10 DIÁRIOS DEVEIS, PRECISAR DE OBRAS

PREÇO: R\$ 20,00

Comprar



Campanhas, Em Foco, Entrevistas, Eventos, Palestra do Diretor, Bônus

2ª Audiência Pública - CNJ/SP

Assessoramento Jurídico (S&P)

MATÉRIA DE CAPA

ADVOCACIA PRO BONO E O AMPLO ACESSO À JUSTIÇA

Advocacia pro bono e o amplo acesso à justiça. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) promove a advocacia pro bono.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) promove a advocacia pro bono, incentivando os advogados a prestar serviços jurídicos gratuitos para pessoas em situação de vulnerabilidade. O CNJ afirma que a advocacia pro bono é essencial para garantir o acesso à justiça e a defesa dos direitos dos cidadãos.

O IMPACTO DA LEI DAS CAUTELARES

Em fase de finalização, relatório sobre mutirão carcerário do IDDD realizado em 2011 e 2012 deve virar livro

Principais realizações em 2013

| 344 processos identificados e analisados em cartório

| Relatório em fase de finalização

O projeto SOS Liberdade, mutirão realizado no Centro de Detenção Provisória I de Pinheiros, pretende, ao lado da assistência jurídica gratuita, realizar um levantamento e sistematização de dados a fim de diagnosticar o perfil socioeconômico dos presos provisórios atendidos naquela unidade prisional. Além disso, o projeto espera analisar o impacto e a aplicação da lei das medidas cautelares (Lei n. 12.403/2011) pelo Poder Judiciário da capital do Estado de São Paulo.

Para tanto, de novembro de 2011 a junho de 2012, foram realizados 637 atendimentos, em visitas feitas de duas a três vezes por semana, a homens presos no CDP I de Pinheiros, na zona oeste da capital paulista. Depois do atendimento presencial no CDP I, feito em grupos de associados, os casos coletados foram distribuídos entre os advogados voluntários para a elaboração de pedido de liberdade provisória ou impetração de *habeas corpus*. Para esse trabalho, foi fundamental, além do envolvimento de cada voluntário, o apoio oferecido por diversos escritórios de advocacia criminal para o acompanhamento do caso, com a disponibilização de sua infraestrutura a serviço do projeto.

Depois da sistematização das informações a respeito do perfil socioeconômico dos atendidos, o IDDD buscou, neste ano, informações sobre a aplicação da lei das cautelares nos processos originários daqueles atendimentos. Em fase de finalização, a análise desses dados, que busca verificar se há uso abusivo da prisão provisória pelos juízes da capital paulista, será publicada no primeiro semestre de 2014.

O INSTITUTO SOU DA PAZ E A ASSOCIAÇÃO PELA REFORMA PRISIONAL, PARCEIROS DO IDDD NA REDE JUSTIÇA CRIMINAL (P. 26), TAMBÉM REALIZAM ESTUDOS SOBRE O IMPACTO DA LEI DAS CAUTELARES NO PAÍS.

Diretor responsável: Fábio Tofic Simantob

Associados coordenadores: Juliana Villaça Furukawa e Marcelo Feller

Consultoria estatística: Rita Dias

Financiamento do projeto:



Parceria:



Apoio institucional: Centro de Detenção Provisória I de Pinheiros

ASSOCIADOS PARTICIPANTES DO PROJETO

Líderes de grupos de vountários

Átila Pimenta Coelho Machado | Carolina de Queiroz Franco Oliveira | Douglas Lima Goulart | Fabiana Zanatta Viana | José Carlos Abissamra Filho | Leopoldo Steffano Gonçalves Leone Louveira | Philippe Alves do Nascimento

Voluntários do SOS Liberdade 2011/2012

Alexandra Lebelson Szafir | Alexandre de Sá Domingues | Amanda de Castro Pacífico | Ana Lúcia Penón Gonçalves | Andre Pires de Andrade Kehdi | Andre de Paula Turella Carpinelli | Arthur Sodré Prado | Átila Pimenta Coelho Machado | Augusto de Arruda Botelho | Beatriz de Oliveira Ferraro | Bruno Garcia Borragine | Camila Austregesilo Vargas do Amaral | Carlos Alberto Mendes Pires | Carlos César Simões | Carol Santos Moreira | Carolina de Queiroz Franco Oliveira | Carolina Toledo Diniz | Cecília de Souza Santos | Clarissa de Faro Teixeira Hofling | Conrado Almeida Corrêa Gontijo | Conrado Gidrão de Almeida Prado | Daniel Del Cid | Daniel Gerstler | Daniella Meggiolaro Paes de Azevedo | Douglas Lima Goulart | Elaine Angel Dias Cardoso | Eleonora Rangel Nacif | Fabiana Pinheiro Freme Ferreira | Fabiana Zanatta Viana | Fabio Castello Branco Mariz de Oliveira | Fabio Menezes Ziliotti | Fábio Tofic Simantob | Fernanda Penteado Balera | Fernanda Teixeira Zanoide de Moraes | Fernando Barboza Dias | Fernando Bertolotti | Fernando Giardinali Caetano Dias | Filipe Fialdini | Frederico Medeiros | Gabriela Fragali Pereira | Guilherme Madi Rezende | Guilherme Suguimori Santos | Gustavo de Oliveira Ribeiro Medeiros | Hugo Leonardo | Isadora Fingermann | José Carlos Abissamra Filho | José Roberto Coelho de Almeida Akutsu Lopes | Juliana Villaça Furukawa | Lara Lima Marujo | Leônidas Ribeiro Scholz | Leopoldo Steffano Gonçalves Leone Louveira | Luciano Tosi Soussume | Ludmila Vasconcelos Leite Groch | Luiz Antonio Ferreira Nazareth Junior | Luiz Fernando Sá e Souza Pacheco | Maíra Beauchamp Salomi | Marcelo Feller | Marcelo Kheirallah | Maria Carolina Ferreira | Mariana Chamelette Luchetti Vieira | Marina Chaves Alves | Marina Dias Werneck de Souza | Matheus Puppo | Mauricio Silva Leite | Michel Kusminsky Herscu | Paula Sion de Souza Naves | Paulo Rudge Bomfi | Pedro Conermeli | Philippe Alves do Nascimento | Priscila Pamela dos Santos | Rafael Lauricella | Rafael Serra Oliveir | Renata Mariz de Oliveira Mendonça de Alvarenga | Roberta Granero | Sandra Maria Gonçalves Pires | Sônia Cochrane Ráo | Thiago Diniz Barbosa Nicolai | Thiago Pedro Pagliuca dos Santos | Vinícius Scatinho Lapetina

PELA EFETIVIDADE DO DIREITO DE DEFESA NOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DO JÚRI

O projeto mais antigo do IDDD mantém bons resultados em 2013

Em 2013, o projeto “Direito de Defesa no Tribunal do Júri” contou com a participação de 61 advogados voluntários, nomeados para mais de 45 sessões plenárias no Tribunal do Júri na capital paulista. A fim de manter a qualidade da atuação e trocar experiências, o IDDD realizou uma reunião com os associados voluntários do projeto em 25 de fevereiro e, em seguida, lançou uma cartilha de boas práticas do projeto. No segundo semestre, o destaque foi a ampliação do tradicional convênio para a comarca de Osasco. Até novembro, foram realizadas três nomeações para advogados do IDDD atuarem nessa comarca.

O projeto no júri é o mais antigo do IDDD. Trata-se de um convênio firmado com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, através do qual advogados associados ao Instituto são nomeados para atuar de maneira não remunerada na defesa de acusados de crimes dolosos contra a vida.

Com esta prática, o IDDD busca demonstrar a relevância de uma defesa de qualidade, garantindo a paridade de armas entre defesa e acusação e os princípios constitucionais, especialmente do contraditório e da ampla defesa.

22

“A ATUAÇÃO NO TRIBUNAL DO JÚRI DE OSASCO É MAIS UM PASSO IMPORTANTE PARA DISSEMINAR A CULTURA DA IMPORTÂNCIA DO DIREITO DE DEFESA DE QUALIDADE”

Guilherme Madi Rezende, diretor do projeto.

Diretor responsável: Guilherme Madi Rezende

Financiamento do projeto:



Parceria:



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Principais realizações em 2013

- | Reunião temática com os associados voluntários do projeto
- | Lançamento de cartilha de boas práticas no Tribunal do Júri
 - | Inovação no modelo de relatório de casos
- | Ampliação de atuação para o Tribunal do Júri de Osasco
 - | Mais de 60 advogados voluntários
 - | Mais de 45 nomeações

ADVOGADOS VOLUNTÁRIOS

Airton Jacob Gonçalves Filho | Alamiro Velludo Salvador Netto | Alexandre Daiuto Leão Noal | Alexandre Marcondes Monteiro | Alexandre de Sá Domingues | Alexandre Pacheco Martins | Ana Fernanda Ayres Delloso | Átila Pimenta Coelho Machado | Augusto de Arruda Botelho | Bruno Salles Pereira Ribeiro | Carolina de Queiroz Franco Oliveira | Clarissa da Silva Gomes Oliveira | Conrado Almeida Corrêa Gontijo | Conrado Gidrão de Almeida Prado | Daniel Zaclis | Douglas Lima Goulart | Eduardo Levy Picchetto | Érika Guerreira Gimenes | Euro Bento Maciel Filho | Fábio Menezes Ziliotti | Fábio Tofic Simantob | Filipe Schmidt Sarmiento Fialdini | Fernando Barboza Dias | Fernando Gardinali Caetano Dias | Fernando Bertolotti Brito da Cunha | Francisco de Paula Bernardes Jr. | Gabriel de Freitas Queiroz | Geraldo Santamaria Neto | Gonçalves Rezende de Melo Sant'Anna Xavier | Guilherme Silveira Braga | Guilherme Madi Rezende | Guilherme Suguimori Santos | Hugo Leonardo | João Victor Esteves Meirelles | José Carlos Abissamra Filho | Leonardo Alcântara Ribeiro | Leopoldo Stefano Golçalves Leone Louveira | Luciano de Lima e Silva | Ludmila Vasconcelos Leite Groch | Luiz Antonio Ferreira Nazareth Junior | Marcelo Garcia Barazal | Marcelo Feller | Marcelo Rocha Leal Gomes de Sá | Marco Aurélio Gonçalves Cruz | Marcos Milan Gimenez | Marcos Vidigal de Freitas Crissiuma | Mariana Chamelette Luchetti Vieira | Marina Pinhão Coelho Araújo | Michel Kusminsky Herscu | Paulo Eduardo Soldá | Priscila Pamela dos Santos | Rafael Carlsson Gaudio Custódio | Rafael Serra Oliveira | Renato Stanziola Vieira | Rodrigo Leão Abud | Rodrigo Nascimento Dall'Acqua | Rodrigo Senzi Ribeiro de Mendonça | Thaís Pires de Camargo Rego Monteiro | Theodoro Balducci de Oliveira | Thiago Gomes Anastácio | Vinicius Scatinho Lapetina

GARANTIA PARA TODOS E UMA PREOCUPAÇÃO NO CASO DO RÉU PRESO CAUTELARMENTE

A implementação da audiência de custódia e a luta para dar efetividade ao direito do réu preso de ter contato pessoal com o defensor público foram prioridades do IDDD em 2013

O IDDD mantém seu trabalho para garantir que o direito de acesso, pessoal e reservado, do réu preso a seu defensor seja observado, muito embora a prática indique situação ainda muito distante do desejado.

É diante deste panorama que o IDDD promove, desde 2010, o projeto “Comunicação réu e defensor”. Entre os esforços do instituto está a aprovação do projeto de lei n. 554/2011, que prevê a apresentação do réu preso em juízo em até 24 horas após sua detenção para que tenha imediato contato com um juiz e com um defensor. Além disso, o Instituto mantém uma articulação constante, ao lado de outras organizações da sociedade civil, como a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, a fim de atingir melhorias na política de atendimento ao preso provisório.

ARTICULAÇÕES PELA COMUNICAÇÃO RÉU E DEFENSOR

24

Advocacy pela audiência de custódia

A audiência de custódia é o momento em que o preso é apresentado à autoridade judicial após sua prisão em flagrante para que se verifique a legalidade da prisão e a ocorrência de abusos policiais. A audiência garante, também, que o primeiro contato pessoal e reservado entre o preso e um defensor seja imediato. Esse tipo de audiência já é realidade em grande parte da América Latina, conhecida em alguns países como “Audiência de Controle de Detenção”. O IDDD consultou e pediu o apoio de diversas organizações internacionais para trazer ao Brasil informações sobre como e quando acontece o primeiro contato entre o preso e seu defensor em cada país. No Chile, no Peru e no Equador, por exemplo, o contato se dá em até 24 horas após a prisão em flagrante.

Constatando que o Brasil é um dos únicos países na América Latina que ainda não tem em seu ordenamento jurídico uma audiência de custódia, o IDDD elegeu o tema como prioritário e incentivou a *Rede Justiça Criminal* (pág. 26) a assumir o objetivo comum de aprovar um projeto de lei nesse sentido. Desde o

início de 2012, o IDDD tem liderado junto à *Rede Justiça Criminal* (pág. 26) os diálogos para que o PLS n. 554/2011 seja aprovado, nos termos adequados para que o direito de defesa seja plenamente observado.

Nesse sentido, depois de conseguir o apoio de organizações nacionais e internacionais, associados do IDDD e representantes da Rede Justiça Criminal debruçaram-se sobre o PLS n. 554/2011, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, e sugeriram alterações, a fim de garantir a participação da defesa no ato e evitar que as declarações do preso neste momento preliminar fossem futuramente utilizadas em seu prejuízo. Depois da realização de reunião com o Presidente do Congresso Nacional, Renan Calheiros, o texto proposto pelo IDDD foi apresentado pelo Senador João Capiberibe na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado e aprovado à unanimidade em outubro passado. Em 26 de novembro, o projeto foi também aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O texto segue, agora, para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

Diretor responsável: Hugo Leonardo

Financiamento:



Principais realizações em 2013

| Aprovação do PLS n. 554/2011 na Comissão de Direitos Humanos (CDH) e na Comissão de Assuntos Especiais (CAE) do Senado | Articulação pelo atendimento a presos provisórios em São Paulo

Articulação pelo atendimento a presos provisórios em São Paulo

Desde 2011, o IDDD acompanha a construção de propostas da Defensoria Pública do Estado de São Paulo sobre a política de atendimento a presos provisórios. Depois de um intenso diálogo com organizações da *Rede Justiça Criminal* e outras organizações da sociedade civil foi aprovada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública a Deliberação do Conselho Superior n. 246, que traz diretrizes na forma de atendimento a presos provisórios no Estado de São Paulo. Desde então, o IDDD vem realizando um intenso trabalho de monitoramento para que os termos da deliberação sejam cumpridos pelos defensores públicos, especialmente para garantir que exista um efetivo contato entre o preso provisório e seu defensor público, a fim de garantir que a defesa no processo penal, com a apresentação de resposta à acusação e arrolamento de testemunhas, deixe de ser meramente formal para se tornar um ato de defesa efetivo e material.

Saiba mais sobre a Rede Justiça Criminal na pág. 26.

25

ASSOCIADOS PARTICIPANTES DO PROJETO

| Andre Pires de Andrade Kehdi
| Augusto de Arruda Botelho
| Guilherme Madi Rezende
| Hugo Leonardo
| Leônidas Ribeiro Scholz
| Ludmila Vasconcelos Leite Groch
| Márcio Thomaz Bastos
| Marina Dias Werneck de Souza
| Paula Sion de Souza Naves

POR UM SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL MAIS JUSTO E PAUTADO PELO RESPEITO AO DIREITO DE DEFESA

Trabalho de acompanhamento legislativo divide espaço com interlocução com Ministério da Justiça, Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça

Principais realizações em 2013

- | 6 visitas a Brasília | Planejamento estratégico da Rede com participação de falciador externo | Identificação de temas estratégicos e prioritários para atuação | Aprovação do PLS n. 554/2011, que prevê a audiência de custódia, em duas comissões do Senado
- | Participação em audiência pública sobre drogas no Senado | Aprovação da Lei n. 12.847/2013, que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura | Participação em audiência pública no Supremo Tribunal Federal para discutir a falta de vagas no regime semiaberto
- | Seminário sobre revista vexatória no Brasil | Notas públicas e pareceres apresentados nos projetos de lei de interesse da Rede

26

Depois de um trabalho de aproximação com outras organizações que atuam pelo acesso à justiça e defesa dos direitos humanos para pessoas presas, o IDDD passou a integrar a Rede Justiça Criminal. A Rede é formada por nove organizações da sociedade civil, com histórico de atuação em diferentes áreas, mas agora reunidas em torno da luta pela diminuição do número de presos provisórios e pela construção de um sistema de justiça criminal mais justo e pautado pelo respeito aos direitos e garantias fundamentais. São elas: Associação pela Reforma Prisional (ARP); Conectas Direitos Humanos; Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH); Instituto Sou da Paz; Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC); Justiça Global, Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) e Pastoral Carcerária Nacional, além do próprio IDDD. Trata-se de um grupo que estabelece metas comuns para atuação junto aos núcleos políticos dos três poderes, para sugerir e cobrar de agentes públicos medidas para tornar o sistema de justiça criminal mais equilibrado e alinhado com as garantias previstas na Constituição Federal.

A participação nesta Rede de organizações brasileiras, com apoio de Open Society Foundations e do Fundo de Investimento Social A. Jacob e Betty Lafer, também abriu portas para que o IDDD fizesse parte da Red Regional para la Justicia Previa al Juicio de América Latina ("Rede Latino-americana por Justiça Antes do Julgamento", em tradução livre), uma rede similar que agrupa as organizações em defesa dos direitos dos presos provisórios em diversos países da América Latina. Nessa rede latino-americana, o IDDD assumiu a posição de coordenação de assuntos e projetos relacionados à assistência legal.

A Rede Justiça Criminal realiza um trabalho de acompanhamento das principais iniciativas - projetos de leis, articulações políticas, julgamentos paradigmáticos - dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário relacionadas a matérias penais e processuais penais.

Diretor responsável: Hugo Leonardo

Financiamento*:



*As organizações parceiras contam com apoiadores financeiros para arcar com os custos do projeto

Parceria:



27



Apoio institucional:



Núcleo Especializado da Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado

- Participou de intenso trabalho de *advocacy* em torno do projeto da audiência de custódia (PLS n. 554/2011), reunindo-se com o Presidente do Congresso Nacional, Renan Calheiros, e conseguindo, ao final, a aprovação do texto sustentado na Comissão de Direitos Humanos do Senado;



- Protagonizou, em conjunto com as demais organizações que compõe a Rede Justiça Criminal a aprovação da Lei nº 12.847, de 2 de agosto de 2013, que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e, em seguida, disponibilizou-se a acompanhar a instalação e futuras atividades do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, a fim de contribuir para o exercício do controle social.
- Redigiu notas públicas, apresentou pareceres, participou de audiência pública e liderou campanhas contrárias ao projeto de lei n. 7663/2010, de autoria do Deputado Osmar Terra, que propõe o aumento de penas para o porte de drogas e para o tráfico, além de priorizar a política de internações involuntárias e compulsórias;
- Participou de seminário sobre a revista vexatória no Brasil;
- Participou de audiência pública no Supremo Tribunal Federal para discutir a proposta de súmula vinculante (PSV) n. 57, que prevê a possibilidade dos presos aguardarem vagas no regime semiaberto de cumprimento de pena em prisão albergue-domiciliar;
- Participou de reuniões na Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL), Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ) e Departamento Penitenciário (Depen), todos órgãos do Ministério da Justiça;
- Preparou Boletim Temático sobre audiência de custódia para ser utilizado no trabalho de *advocacy* a favor do projeto de lei;

29

ASSOCIADOS PARTICIPANTES DO PROJETO

| Augusto de Arruda Botelho | Cristiano Ávila Maronna | Daniella Meggiolaro Paes de Azevedo
 | Elaine Angel Dias Cardoso | Francisco de Paula Bernardes Jr. | Guilherme Ziliani Carnelós
 | Guilherme Madi Rezende | Hugo Leonardo | José Carlos Abissamra Filho
 | Leônidas Ribeiro Sholz | Ludmila Vasconcelos Leite Groch
 | Marina Dias Werneck de Souza | Paula Sion de Souza Naves
 | Rafael Tucherman | Roberto Soares Garcia | Rogério Taffarello
 | Thiago Gomes Anastácio

SEMPRE ATENTOS

IDDD utiliza ferramentas jurídicas e notas públicas para se manifestar sempre que o direito de defesa estiver ameaçado

Um Instituto que atua na defesa de direitos precisa se manifestar com veemência sempre que estes são atacados. Reagir a todas as situações em que o direito de defesa é ofendido não é tarefa fácil porque, infelizmente, não são poucas vezes em que isso acontece.

O IDDD iniciou o ano reunindo-se com o então recém empossado Secretário de Segurança Pública do estado de São Paulo, Fernando Grella, para apresentar documento assinado em parceria com a Conectas Direitos Humanos. O documento indicou dez medidas urgentes que podiam e deviam ser tomadas pela Pasta para melhorar o sistema carcerário paulista.

Em abril, o IDDD encaminhou carta aberta aos Ministros do Supremo Tribunal Federal exigindo respeito às garantias da ampla defesa e do devido processo legal na ação penal nº 470. Ainda durante o julgamento desse processo, o Instituto manifestou-se publicamente em outras duas oportunidades, quando entendeu que o direito de defesa dos acusados estava sendo violado.



Durante todo o primeiro semestre do ano de 2013, o IDDD, em parceria com diversas outras entidades da sociedade civil, trabalhou incansavelmente para que o projeto de lei complementar n. 9 de 2013, de autoria do Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, não fosse aprovado pela Câmara dos Deputados Estaduais. O projeto, que acabou transformado na Lei Complementar Estadual n. 1.208/2013, prevê a criação de departamentos de execução penal e de inquéritos policiais com juízes designados. O IDDD participou de audiência pública na Assembleia Legislativa e divulgou nota pública contra a instituição desses novos departamentos, que ferem os princípios da livre jurisdição e do juiz natural e, conseqüentemente, o direito de defesa. O Instituto tem agora como uma de suas metas para o próximo ano questionar a constitucionalidade da lei nº 1.208/2013 por meio dos instrumentos adequados, pois, em vigência, referida lei viola algumas das garantias mais caras ao cidadão.

Ao longo do último ano, o IDDD também publicou outras notas públicas relacionadas a assuntos relevantes, como aquela que pedia menos açoitamento no processo de análise de reformas no Código Penal Brasileiro e a contrária à redução da maioridade penal e ao aumento do tempo de internação de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Além disso, o IDDD, em parceria com o Ministério Público Federal, com a Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (ANCED), com a Conectas Direitos Humanos e com o Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região, solicitou, por meio da Ação Civil Pública n. 0006621-70.2013.4.03.6100, a extinção das unidades experimentais de saúde. Essas unidades há muito deixaram de ser ambientes destinados ao cumprimento de medidas socioeducativas e passaram a servir como local de tratamento psiquiátrico em regime de absoluta



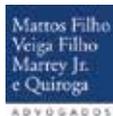
Diretora responsável: Daniella Meggiolaro Paes de Azevedo

Financiamento:



Principais realizações em 2013

Apoio:



| Nova Ação Civil Pública
| Interposição de apelação em Ação Civil Pública já existente
| 1 Amicus Curiae | 5 Notas Públicas
| Carta aberta aos Ministros do Supremo Tribunal Federal
| Entrega de Documento com pontos prioritários ao Secretário de Segurança Pública de São Paulo | Participação da 2ª Audiência Pública sobre o Decreto Presidencial de Indulto do ano de 2013 | Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo sobre o PLC 9 de 2013

contenção de adolescentes, que, inclusive, já foram anteriormente responsabilizados pelos atos infracionais que cometeram e agora estão sob nova forma de privação de liberdade pelos mesmos fatos.

Neste ano também foi interposta apelação ao Tribunal de Justiça de São Paulo contra decisão que julgou improcedente o pedido aduzido na Ação Civil Pública n. 19161-30.2011.4.01.3400, proposta pelo escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados. Na ACP o IDDD discute a ilegalidade dos parlatórios em unidades prisionais, que, da maneira como construídos, não permitem o contato pessoal e reservado dos presos com seus advogados.

Por fim, em outubro, o IDDD participou, como entidade expositora, da 2ª Audiência Pública sobre o Decreto Presidencial de Indulto do ano de 2013, realizada na Escola Superior da Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo. Representado por seu presidente Augusto de Arruda Botelho, o Instituto sugeriu a inclusão de condenados por tráfico privilegiado e de presos submetidos à tortura dentro de unidades prisionais entre os beneficiados do indulto de natal.

31

LITIGÂNCIA ESTRATÉGICA

A litigância estratégica, coordenada pelo associado e ex vice-presidente Roberto Soares Garcia, é uma das áreas que mais tem ganhado força e espaço no IDDD. Com ela, pretende-se alterar a jurisprudência, buscando decisões e entendimentos mais justos e atentos ao direito de defesa. Atualmente, o IDDD figura como *amicus curiae* em diversos processos no Supremo Tribunal Federal e, neste ano, a novidade foi o pedido de habilitação como amigo da corte em

habeas corpus que discutia o próprio cabimento de *writs* contra decisões monocráticas de Tribunais inferiores (HC nº 114.343-DF do STF).

Valioso apontar a interferência do IDDD como *amicus* em sede de *habeas corpus* impetrados em casos específicos, mas que possam gerar efeitos mais abrangentes, o que, por certo, será pioneiro no controle de constitucionalidade nacional.

ASSOCIADOS PARTICIPANTES DO PROJETO

| Arnaldo Malheiros Filho | Augusto de Arruda Botelho | Francisco de Paula Bernardes Jr.
| Hugo Leonardo | Rafael Tucherman | Roberto Soares Garcia | Thiago Gomes Anastácio

REFLEXÕES NA PRISÃO

Ajudar o preso a compreender sua dimensão de cidadão mesmo dentro do cárcere foi a bandeira principal do Projeto nas edições de 2013

Com a primeira edição realizada em 2010, o projeto “Educação para Cidadania no Cárcere” vem crescendo e ganhando força e reconhecimento junto aos atores do sistema prisional.

Trata-se de um curso oferecido pelo IDDD nos Centros de Detenção Provisória e Penitenciárias da capital e Grande São Paulo, no qual a participação dos advogados associados ao Instituto constitui diferencial de sucesso à proposta. Cada módulo é organizado em 16 encontros de formação e os temas abordados vão desde noções básicas de cidadania e organização do Estado até a compreensão do processo penal e do processo de execução penal. Abordam-se, ainda, temas essenciais da área de Direitos Humanos e atualidades do Direito, além daqueles de interesse dos participantes. Os conteúdos são tratados sempre de maneira dialógica e crítica, baseando-se no referencial dos presos para a construção coletiva do conhecimento, como prevê a educação popular pautada nos ensinamentos de Paulo Freire.

O objetivo principal do projeto “Educação para Cidadania no Cárcere” é compartilhar informações pertinentes ao sistema prisional e questões voltadas à execução da pena, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e estimulando a busca pelo amplo acesso à justiça daqueles que estão privados de sua liberdade, porém jamais privados do exercício de sua cidadania.

Em 2013 foram realizadas duas edições da proposta. A primeira aconteceu no Centro de Detenção Provisória de Pinheiros – CDP III, nos meses de junho e julho, e se destacou por contar com a maior turma de participantes de todas as edições: foram 42 participantes, muitos com ensino superior completo, o que enriqueceu ainda mais as discussões. Neste módulo contamos com as presenças especiais do defensor público Gustavo Junqueira, que debateu questões de execução penal, e do juiz da Vara de Execução Criminal Tiago Limongi, responsável pela atividade de encerramento do projeto.

A segunda edição, encerrada no início de dezembro, aconteceu no Centro de Detenção Provisória de Pinheiros – CDP II. A turma era composta por 25 participantes, sendo que 3 destes representam a ala LGBT da unidade, destacando a importância do respeito à diversidade em todos os espaços de discussão e exercício de cidadania. Para a última edição de 2013, pudemos contar com a valiosa participação da ex-Presidente do Instituto e atual Conselheira Flávia Rahal, que discutiu com os participantes as questões afetas à mídia, bem como com a presença dos Defensores Públicos do Núcleo de Situação Carcerária da Defensoria Pública de São Paulo, Bruno Shimizu e Patrick Lemos Caciado.

Ao término de 2013, o projeto “Educação para Cidadania no Cárcere” concluiu seu quarto ano e sua oitava edição, com a certeza de que muito foi construído até agora, muito embora o pleno acesso à justiça e a ampla defesa ainda sejam, infelizmente, objetivos distantes.



Assista ao vídeo institucional do projeto em
www.youtube.com/idireitodedefesa

Diretora responsável: Daniella Meggiolaro Paes de Azevedo

Associado coordenador: Vinicius Scatinho Lapetina

Financiamento:



Parceria:



Apoio institucional: Centro de Detenção

Provisória II e III de Pinheiros – CDP II / CDP III

Coordenação pedagógica:

Arianna Maxmiria Praes

Principais realizações em 2013

- | 2 edições
- | 2 unidades de detenção provisória
- | 72 horas-aula
- | 15 associados voluntários
- | 3 convidados para aulas especiais
- | 90 horas de voluntariado
- | 65 participantes beneficiados

ASSOCIADOS PARTICIPANTES

- | Alexandre Pacheco Martins | Andre de Paula Turella Carpinelli
- | Arthur Sodré Prado | Bruno Salles Pereira Ribeiro | Flávia Rahal Bresser Pereira | Guilherme Ziliani Carnelós
- | Hugo Leonardo | Júlia Mariz | Luiz Antônio Ferreira Nazareth Junior
- | Marcelo Feller | Marcos Vidigal de Freitas Crissúma | Priscila Pamela dos Santos | Vinicius Scatinho Lapetina

CONVIDADOS ESPECIAIS:

- | Bruno Shimizu, Defensor Público do Núcleo de Situação Carcerária da Defensoria Pública de São Paulo
- | Gustavo Junqueira, Defensor Público do Estado de São Paulo
- | Patrick Lemos Caciado, Defensor Público do Núcleo de Situação Carcerária da Defensoria Pública de São Paulo
- | Roberto Luiz Corcioli Filho, Juiz de Direito | Tiago Limongi, Juiz de Direito

CONHECER SEUS DIREITOS DESDE A INFÂNCIA PARA PROTAGONIZAR A LUTA POR UM MUNDO MELHOR

Mais que conhecer os próprios direitos, saber articular e lutar por sua efetivação é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e democrática



O ano que se encerra foi de fundamental importância para o projeto “Educação para Direitos”, pois marca uma nova fase desta proposta, agora em outra comunidade e com novos objetivos, pautados na multiplicação de seu alcance.

Começamos o ano com a conclusão do primeiro processo de avaliação e monitoramento terceirizado pelo qual passou o IDDD. O processo foi conduzido pela empresa Move – Avaliação e Estratégia em Desenvolvimento Social e alcançou resultados surpreendentes.

No início de 2013, retomamos as atividades na Escola Estadual Deputado Hugo Lacorte Vitale, localizada no bairro do Campo Limpo, com encontros semanais às terças-feiras.

34

Como nas edições anteriores, as aulas foram estruturadas de forma participativa, contextualizando temáticas mais relevantes no cotidiano dos adolescentes. Em virtude da grande demanda desta edição, com cerca de 150 adolescentes frequentes semanalmente, algumas adaptações e rearranjos foram necessários, dentre eles o considerável aumento da equipe de voluntários participantes do projeto.

Além dos temas definidos no cronograma oficial do curso, como conceito de Estado, tripartição de poderes, sociedade e cidadania, acesso à justiça, mídia e direito de defesa, também foram discutidos assuntos atuais como a união civil homoafetiva, na forma de um júri simulado empolgante e disputado, bem como os protestos populares ocorridos no final do primeiro semestre. Muitos adolescentes, inclusive, já participavam das manifestações e, após as atividades do curso, puderam refletir sobre sua condição de cidadãos, fortalecendo assim seus argumentos e articulando novas possibilidades de atuação.

Em agosto, o projeto retomou suas atividades, porém, como a escola parceira passaria por uma longa reforma, a continuação das atividades ficou prejudicada por questões de logística.

Considerando os resultados apontados no relatório de avaliação da Move Consultoria, que sugeriu uma maior atuação do projeto junto aos agentes nele envolvidos, a equipe entendeu que este seria o momento ideal de construir novos caminhos.

Depois de algumas visitas a escolas de diversas regiões da cidade, em novembro o Instituto finalmente estabeleceu parceria com o CEU Parque Anhanguera. Desta vez, a proposta é mais audaciosa, já que, além do curso para os adolescentes, os advogados associados realizarão atividades com a comunidade do entorno do CEU com foco nas temáticas relativas ao amplo acesso à justiça e a garantias fundamentais.

Somando-se aos novos desafios, a formação de multiplicadores será outra etapa do projeto “Educação para Direitos”, pois seu objetivo maior é disseminar na rede pública de ensino a cultura de direitos e fomentar a articulação comunitária em busca de resultados coletivos justos.

Diretora responsável: Daniella Meggiolaro Paes de Azevedo

Associada coordenadora: Mariana Cavalheiro Alves de Queiroz

Financiamento:



Apoio:



Principais realizações em 2013

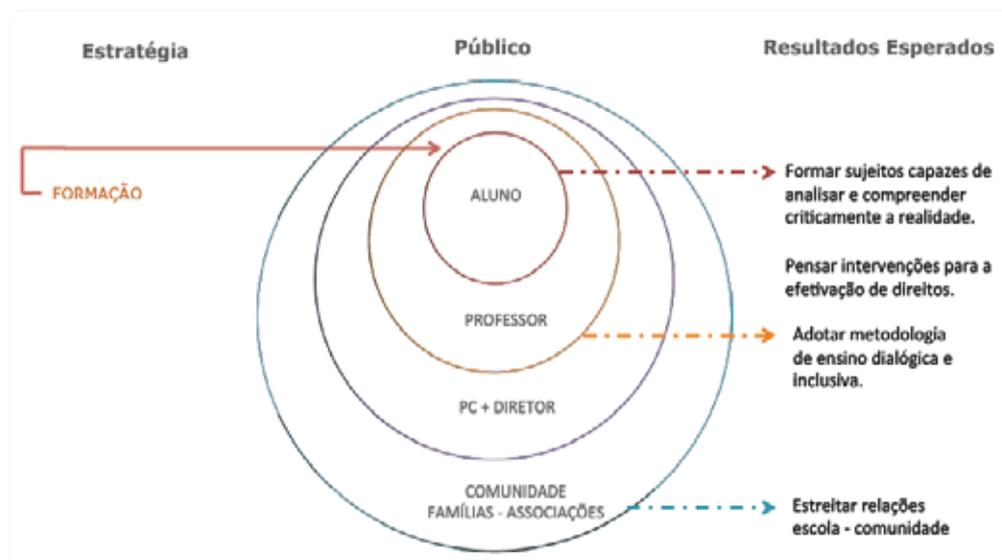
- | Mais de 200 alunos participantes
- | Mais de 100 horas de voluntariado
- | 12 associados voluntários

Parcerias:

Escola Estadual Deputado Hugo Lacorte Vitale | CEU Parque Anhanguera

Apoio institucional: Diretoria Regional de Educação - Campo Limpo | Diretoria Regional de Educação - Pirituba Jaraguá | Secretaria Municipal de Educação

Coordenação pedagógica: Arianna Maxmiria Praes



35

De acordo com a avaliação da Move, o projeto é responsável por ajudar os alunos a reconhecerem seus direitos e a dialogar com professores, familiares e colegas

ASSOCIADOS PARTICIPANTES:

| Alexandre Pacheco Martins | Ana Fernanda AyresDelloso
| Daniella Meggiolaro Paes de Azevedo | João Víctor Esteves Meirelles | Júlia Mariz |
| Mariana Cavalheiro Alves de Queiroz | Priscila Pamela dos Santos | Talitha Viegas Borges | Thiago Sampaio Antunes

O DIREITO DE DEFESA E A IMPRENSA

Com o objetivo de discutir a atuação da imprensa livre e o respeito às garantias da defesa, IDDD propõe diálogo com jornalistas e estudantes de jornalismo

O projeto “Olhar Crítico” buscou promover a sensibilização sobre a importância do respeito às garantias fundamentais individuais, como a presunção de inocência e o exercício da ampla defesa, na construção do noticiário. Assim, procurou dialogar com jornalistas e estudantes de comunicação social para refletir sobre o respeito ao direito de defesa em coberturas de situações envolvendo investigações ou processos criminais.

Fomentou-se não só uma reflexão sobre a prática jornalística no contexto do Estado Democrático de Direito, mas também o pensamento crítico sobre o efetivo acesso à justiça e o pleno exercício do direito de defesa no país, proporcionando-se também mais visibilidade para questões relacionadas à equidade de forças no sistema de justiça criminal e ao cumprimento de direitos fundamentais do cidadão.

Depois do debate na redação da rádio CBN, que aconteceu em 10 de outubro do ano passado, foram realizados mais cinco debates em redações de grandes canais de comunicação:

- Revista Época, em 25 de fevereiro, com 50 participantes;
- UOL, em 19 de março, com 18 participantes;
- UOL, em 26 de março, com 18 participantes;
- Grupo O Estado de São Paulo, em 3 de abril, com 16 participantes;
- Folha de S. Paulo, em 17 de agosto, com cerca de 50 participantes;

36

Histórico e formato

Idealizado em 2008 pela então presidente do IDDD, Flávia Rahal, o projeto começou com a realização de dois grandes encontros, que reuniram advogados ligados ao IDDD e repórteres, pauteiros, editores e demais interessados da área jornalística, provenientes de diversas organizações do setor de comunicação social, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Foram debates produtivos e intensos, que suscitaram temas controversos e dilemas envolvendo o jornalismo e o universo criminal.

Aproveitando questões polêmicas e anseios comuns levantados nesses debates, o projeto “Olhar Crítico” foi retomado em 2012 em formato diferente, com infraestrutura mais robusta e assumindo metas mais amplas.

A fim de avançar em seus objetivos, a nova edição do projeto contava com três eixos fundamentais: realização de debates com jornalistas, realização de um seminário e publicação de um guia para jornalistas. Para a definição do conteúdo principal a ser abordado nos debates, o projeto contou com a colaboração de Eugênio Bucci, professor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), colunista do jornal O Estado de S. Paulo e da revista Época.

Além disso, para subsidiar o desenvolvimento e monitoramento do Olhar Crítico, foi feito o acompanhamento de diversos veículos de imprensa, com a coleta de reportagens, contemplando mídia impressa, televisiva e eletrônica. Os materiais coletados abordavam casos criminais, envolvendo situações que tocassem o direito de defesa, acesso à justiça, o contraditório na justiça criminal e demais direitos e garantias fundamentais.

Publicação

Concluindo as atividades do projeto “Olhar Crítico”, ao final da programação do Seminário *O Crime e a Notícia*, foi lançada a publicação *Guia de Direito Penal para Jornalistas*. A publicação contém esclarecimentos sobre termos jurídicos e situações que aparecem no noticiário criminal, além de orientações gerais sobre o funcionamento do sistema de justiça criminal.

O Guia é resultado de uma parceria firmada entre o IDDD e o IBCCRIM ao longo do desenvolvimento do projeto e está também disponibilizado eletronicamente, no site do IDDD e nos sites das organizações parceiras. Cópias do Guia foram distribuídas gratuitamente entre as principais redações dos meios de comunicação paulistas, além de órgãos do Judiciário Nacional e Faculdades de Direito e Jornalismo.

Em outubro deste ano, foi disponibilizada a segunda edição do guia, com tiragem de mais 1500 exemplares e distribuição gratuita para todos os jornalistas participantes do 8º Congresso da Abraji.



38



APÓS DEBATE NA FOLHA DE S. PAULO, TEMA GANHOU ESPAÇO NA COLUNA DA OMBUDSMAN

ASSOCIADOS PARTICIPANTES DO PROJETO

- | Antônio Cláudio Mariz de Oliveira | Arnaldo Malheiros Filho
- | Cristiano Ávila Maronna | Eduardo Augusto Muylaert Antunes
- | Flávia Rahal Bresser Pereira | Guilherme Silveira Braga
- | Ludmila Vasconcelos Leite Groch | Marcela Moreira Lopes
- | Marina Dias Werneck de Souza | Milene Maurício
- | Priscila Pamela dos Santos
- | Renata Mariz de Oliveira Mendonça de Alvarenga

PESQUISA “Efetividade do Direito de Defesa na América Latina”

UM DIAGNÓSTICO GLOBAL SOBRE O DIREITO DE DEFESA

IDDD e Conectas aplicam no Brasil pesquisa iniciada na Europa; seis organizações completam estudo latino-americano

Diretora responsável: Ludmila Vasconcelos Leite Groch

Associada coordenadora: Camila Austregesilo Vargas do Amaral

Financiador:  OPEN SOCIETY FOUNDATIONS

Parceria:  CONECTAS DIREITOS HUMANOS

Organizações de outros países no projeto:

| Asociación por los Derechos Civiles (ADC), Argentina
| CERJUSC, Peru | Dejusticia - Centro de Estudios de Derecho, Justicia y Sociedad, Colombia | Instituto de Estudios Comparados en Ciencias Penales de Guatemala (ICCPG) | Instituto de Estudios Comparados en Ciencias Penales y Sociales (INECIP), Argentina | Presunción de Inocencia, México

Pesquisadora: Maíra Zapater



Em julho de 2012, o IDDD foi convidado para participar da pesquisa “Efetividade do Direito de Defesa na América Latina”. Ao lado da Conectas Direitos Humanos, o IDDD utilizou uma metodologia qualitativa a fim de traçar diagnósticos da efetividade do direito de defesa no Brasil. A primeira fase da pesquisa baseou-se em um estudo da legislação nacional (constitucional e infraconstitucional) e uma posterior comparação entre as previsões legislativas e a prática do processo penal brasileiro. Em seguida, nossa pesquisadora saiu a campo para, durante dois meses, realizar 15 entrevistas com diferentes operadores do Direito. Foram ouvidos, nesta fase da pesquisa, Juizes, Promotores Públicos, Defensores Públicos, advogados particulares e dativos e Delegados de Polícia.

Por iniciativa da Open Society Foundations, idealizadora e financiadora do projeto, o estudo, que já foi realizado na Europa Central e na Europa Oriental, é agora realizado na América Latina, por oito organizações não governamentais do Brasil, Argentina, Peru, México, Colômbia e Guatemala.

O relatório final do estudo foi apresentado, pela Coordenadora Geral do Instituto, Isadora Finger-mann, à comissão organizadora da pesquisa, no México, em agosto deste ano. Atualmente, o texto final da pesquisa, que representará o capítulo referente ao Brasil no livro da América Latina, está em processo de tradução para as línguas inglesa e espanhola. Uma vez traduzido, o estudo será lançado em livro no primeiro semestre de 2014. Espera-se que este lançamento ocorra durante a reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington, nos Estados Unidos da América.

OBSERVAÇÕES SOBRE O ATENDIMENTO AO PRESO PROVISÓRIO

IDDD finaliza pesquisa qualitativa sobre a estruturação da Defensoria Pública, em especial no que diz respeito ao atendimento ao preso provisório

Acompanhar o trabalho e colaborar para o desenvolvimento permanente da Defensoria Pública do Estado de São Paulo faz parte da missão do IDDD, à medida que o acesso à justiça da população menos favorecida é um dos pilares do direito de defesa. Por isso, o IDDD realizou a pesquisa “A Defensoria Pública de São Paulo em matéria criminal: observações sobre o atendimento ao preso provisório”, através da qual pretendia identificar os principais gargalos no atendimento ao preso provisório e propor soluções para os problemas identificados.

Com o objetivo de compreender como a Defensoria Pública se organiza na área criminal no Estado de São Paulo, o estudo pretende também oferecer subsídios para que a instituição aprimore sua atuação na área penal, a fim de melhor atender as centenas de milhares de presos provisórios no Estado de São Paulo sem acesso direto a um defensor particular.

Assim sendo, a pesquisa dialoga diretamente com os projetos Comunicação Réu e Defensor (pág. 24), e Rede Justiça Criminal (pág. 26), à medida que sua metodologia se pautou na observação de atividades de diferentes organizações da sociedade civil e de suas reuniões e diálogos com as instâncias administrativas da Defensoria Pública.

O projeto, concluído em 2013, resultou no lançamento de um relatório com conclusões e recomendações para a Defensoria Pública paulista, buscando melhorar a qualidade do atendimento ao preso provisório e o efetivo acesso à justiça da população carente, especialmente em um momento de estruturação e expansão gradual da instituição em São Paulo.



Diretor responsável: Guilherme Madi Rezende

Financiamento:

FUNDO DE INVESTIMENTO SOCIAL
A. JACOB E BETTY LAFER

Parceria:



Principal realização em 2013
| Lançamento do relatório com conclusões
e recomendações para um melhor
atendimento ao preso provisório pela
Defensoria Pública de São Paulo

41

PRINCIPAIS DIAGNÓSTICOS E RECOMENDAÇÕES DO IDDD:

- Modificar a lógica de distribuição de autos de prisão em flagrante na Defensoria Pública do Estado de São Paulo, de modo que eles sejam encaminhados diretamente ao defensor natural preventivo e não mais ao defensor atuante no Departamento de Inquéritos Policiais (DIPO);
- Efetiva implementação da diretriz que prevê pedidos de liberdade em todos os casos de prisão provisória;
- Implementação imediata da prática da requisição – Deliberação nº 246 do Conselho Superior da Defensoria Pública de São Paulo, já que o IDDD entende que o contato pessoal entre réu e defensor é requisito para que haja uma defesa efetiva e de qualidade em um processo criminal;
- Que a Defensoria Pública organize e divulgue seus dados. A organização e publicação dos dados dá transparência às instituições e auxilia na identificação de seus problemas, nas suas resoluções e no seu fortalecimento, bem como viabiliza o controle da atuação por parte dos jurisdicionados e das organizações da sociedade civil;
- Que a Defensoria Pública reforce a luta pela aprovação e implementação da audiência de custódia, prática eficaz na prevenção de tortura e maus tratos e na avaliação célere da legalidade das prisões.

SEM PENA

Filme mostrará a realidade da Justiça Criminal

“Sem Pena - Às voltas com a Justiça” será um documentário para o cinema em que o IDDD entra como coprodutor, ao lado da Heco Produções. O projeto, lançado em 2010, foi aprovado pelos mecanismos de incentivo da Lei do Audiovisual (Ancine/Ministério da Cultura) e obteve, com isso, três patrocinadores: Ambev, Banco do Brasil – DTVM e Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

O documentário mostrará a realidade da Justiça Criminal, sob o ponto de vista de pessoas envolvidas em investigações e processos criminais e seus familiares, bem como sob o olhar dos principais atores do sistema de justiça criminal. Os entrevistados contam seus dramas humanos e familiares e, a partir de seus relatos, são evidenciadas as inconsistências do sistema jurídico criminal brasileiro.

Sem pena é dirigido por Eugênio Puppo, da Heco Produções, produtora de cinema que atua desde 1995 em projetos culturais de formação artística e educacional. É criadora do Portal Brasileiro de Cinema, realiza mostra de filmes e ciclos de palestras e concluiu recentemente dois filmes com Jorge Bodanzky e dois filmes sobre bairros históricos da cidade de São Paulo.

Pessoas que foram acusadas em processos penais, algumas condenadas, outras absolvidas, seus familiares e amigos contaram o drama de vivenciar uma acusação, uma investigação, uma pena. Além disso, atores do sistema de Justiça Criminal problematizam o processo criminal brasileiro. Entre os entrevistados estão a desembargadora Kenarik Boujikian Felipe, os defensores públicos Bruno Shimizu e Marcelo Novaes, o Secretário de Administração Penitenciária Lourival Gomes, o Delegado de Polícia Civil Orlando Zaccone, o professor de criminologia da USP Alvino de Sá, o juiz do Conselho Nacional de Justiça Luciano Losekann, o Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo Ivan Sartori, o Ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello, os advogados Nilo Batista e Luis Francisco Carvalho Filho, o antropólogo Luiz Eduardo Soares o coordenador da Pastoral Carcerária Padre Valdir, o ministro da Suprema Corte Argentina Eugenio Raul Zaffaroni, entre tantas outras figuras de inquestionável relevância para a problematização da justiça criminal.

O documentário, que segue em processo de edição e finalização, deve ser lançado em meados de 2014. Para o lançamento, está prevista uma ação que exibirá o filme e promoverá debates e ciclos de palestras.

42

DEMASIADO HUMANO

Em breve, outro documentário do IDDD vai explorar a relação da prisão com o exercício da cidadania

Parceria:



Depois do lançamento do *Sem Pena*, o IDDD poderá coproduzir outro documentário, pré-intitulado *Demasiado Humano*. A produtora Jambeiro Filmes, contratada pelo IDDD para fazer o vídeo institucional do projeto “Educação para Cidadania no Cárcere” (pág. 32), abraçou a ideia do projeto e investiu na gravação de entrevistas com os homens presos no Complexo Penitenciário Adriano Marrey durante a realização do curso na unidade em 2010. A partir de 2014, a produtora e o IDDD passarão a buscar recursos para financiar a edição e a finalização do filme.

Diretor responsável: Hugo Leonardo

Captação de Recursos: Paula Sion de Souza Naves

Associada coordenadora: Luciana Zaffalon Leme Cardoso

Financiamento*:

ambev



Parceria:



Apoio:



* O Projeto continua em busca de novos patrocinadores e apoiadores



43

Assista ao vídeo de pré-produção do documentário em www.youtube.com/idireitodedefesa

ASSOCIADOS QUE COLABORARAM PARA O DOCUMENTÁRIO

| Alexandra Lebelson Szafir | Andre Pires de Andrade Kehdi | Átila Pimenta Coelho Machado
Augusto de Arruda Botelho | Carolina de Queiroz Franco Oliveira | Cristiano Ávila Maronna
Dora Marzo de Albuquerque Cavalcanti Cordani
Douglas Goulart | Fabiana Pinheiro Freire Ferreira | Flávia Rahal Bresser Pereira | Guilherme Madi Rezende
Gustavo Alves Parente Barbosa | Hugo Leonardo | José Carlos Abissamra Filho | Juliana Villça Furukawa
Leopoldo Stefano Gonçalves Leone Louveira | Luciana Zaffalon Leme Cardoso | Marcela Moreira Lopes | Marcelo
Bicalho Behar | Marcelo Feller | Márcio Thomaz Bastos | Marina Dias Werneck de Souza | Paula Sion de Souza Naves
Philippe Alves do Nascimento | Rodrigo Leão Abud | Thaís Pires de Camargo Rego Monteiro

PRIVATIZAÇÃO DE UNIDADES PRISIONAIS, MAIORIDADE PENAL E O DIREITO DE DEFESA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Projeto deste ano contou com três eventos abertos aos interessados, um deles com a participação do ex-Ministro Eros Grau

Temas debatidos:

- | Privatização de unidades prisionais
- | Redução da maioridade penal
- | O direito de defesa nos processos criminais do Supremo Tribunal Federal

O primeiro bate-papo de 2013 aconteceu em 26 de março, na sede do IDDD. O debate tratou da privatização das unidades prisionais, tema bastante presente na mídia desde o começo do ano e um dos eixos de atuação da Rede Justiça Criminal, da qual o IDDD faz parte (pág. 26). Para discutir o assunto, foram convidados Luciano Losekann, então coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça (DMF/CNJ), e José de Jesus Filho, Coordenador Jurídico da Pastoral Carcerária Nacional.

44

O segundo evento, que fechou as atividades do projeto no primeiro semestre deste ano, foi realizado em 5 de junho, também na sede do IDDD. A discussão, dessa vez, abordou a redução da maioridade penal e a internação de adolescentes, tema que ganhou espaço nos noticiários nacionais em virtude da morte de um rapaz de classe média, vítima de latrocínio supostamente cometido por um adolescente de 17 anos de idade. Os expositores do bate-papo foram o magistrado Luis Fernando Camargo de Barros e Cleonice Pitombo, assessora jurídica da Fundação Casa, que discutiram e compararam os principais projetos que estão em tramitação no Congresso Nacional. O evento contou com a presença de mais de 30 associados do IDDD e foi mediado por Daniella Meggiolaro, diretora responsável pelo projeto.

No segundo semestre, o IDDD colocou em pauta o direito de defesa nos processos criminais do Supremo Tribunal Federal, tendo como debatedores Eros Grau, ex-Ministro da Suprema Corte, e Arnaldo Malheiros Filho, advogado criminalista e Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto. O evento, ante a magnitude do tema, foi realizado no último dia 13 de novembro no auditório da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), com a presença de mais de 70 pessoas.

Os bate-papos, formato de diálogos já tradicional do IDDD, buscam a reflexão e a sensibilização da sociedade para temas relevantes e relacionados ao direito de defesa. Os eventos, sempre gratuitos e abertos ao público, contaram, neste ano, com a participação de mais de mais de 100 pessoas, entre associados, estudantes de direito e interessados nos temas.

Diretora responsável: Daniella Meggiolaro Paes de Azevedo

Financiamento do projeto:



PRINCIPAIS REALIZAÇÕES



26 de março – Privatização de unidades prisionais

Debatedores:

Luciano Losekann, à época Coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça (DMF/CNJ)

José de Jesus Filho, Coordenador Jurídico da Pastoral Carcerária Nacional



05 de junho - Redução da maioria penal

45

Debatedores:

Cleonice Pitombo, assessora jurídica da Fundação Casa

Luis Fernando Camargo de Barros Vidal, Juiz de Direito



13 de novembro - O direito de defesa nos processos criminais do Supremo Tribunal Federal

Debatedores:

Eros Grau, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal

Arnaldo Malheiros Filho, advogado criminalista

SUSTENTAR IDEAIS E AÇÕES

Nada seria possível sem a confiança de instituições que compartilham a mesma visão sobre o direito de defesa

Parcerias são essenciais para que o IDDD possa realizar sua missão, avançar na realização de atividades práticas e ampliar o impacto de seu discurso e sua atuação em prol do direito de defesa, seja por meio da articulação, do trabalho somado ou por meio do investimento direto.

Além da contribuição essencial de todos os associados, todas as instituições e pessoas listadas nesta e nas próximas páginas colaboram de alguma maneira com o IDDD. Algumas dispõem de tempo e trabalho voluntário dedicados por seus colaboradores; outras colocam à disposição tempo e energia para o diálogo e para a construção conjunta de propostas e ações.

Um grupo específico, no entanto, deposita uma confiança ainda maior no IDDD: investem recursos materiais para manter e fortalecer a estrutura do Instituto, bem como para arcar com despesas de determinados projetos em curso:

Mantenedores do IDDD em 2013

ADVOCACIA
MARIZ DE OLIVEIRA

Cavalcanti
& Arruda Botelho
Advogados

DIAS E CARVALHO FILHO | ADVOGADOS



EDGARD LEITE
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Leite.Tosto.Barros

LEVY & SALOMÃO
ADVOGADOS

MALHEIROS FILHO - CAMARGO LIMA - RAHAL
ADVOGADOS

46

OLHD & F
OLIVEIRA LIMA, HUNGRIA, DALL'ACQUA & FURRIER
ADVOGADOS

podval
antun
indalecio
raffaini
beraldo
ADVOGADOS

SOUZA, CESCÓN, BARRIEU & FLESCH
ADVOGADOS

Tofic
Simantob | advogados

Márcio Thomaz Bastos

Mariana Monreau

E todos os associados que contribuem mensalmente com o IDDD!

Financiadores do IDDD em 2013

OPEN SOCIETY
FOUNDATIONS

FUNDO DE INVESTIMENTO SOCIAL
A. JACOB E BETTY LAFER



Documentário "Sem Pena":

ambev



Compradores de Obras do 6º Jantar de Confraternização (2012):

Fabio Castello Branco Mariz de Oliveira
Guilherme Werneck
Hugo Leonardo
José Carlos Dias
Luciano Miguel Groch
Ludmila Vasconcelos Leite Groch
Marcela Moreira Lopes
Roberto Podval

ARTICULAR PARA IR MAIS LONGE

IDDD dialoga com diferentes instituições para garantir o direito de defesa

Boa parte dos propósitos do IDDD coincide com os objetivos das instituições que compõem a Rede Justiça Criminal (pág. 26), um núcleo que tem feito a diferença na defesa de um sistema de justiça criminal mais justo. Além da atuação em rede, o Instituto também conta com parcerias pontuais e articulações institucionais, principalmente nos projetos que envolvem advocacy pela garantia da comunicação réu e defensor (pág. 24) e nas intervenções pelo Direito de Defesa (pág. 30). Saiba quais são as instituições que têm interlocução com o IDDD.

Rede Justiça Criminal



Grupo de Estudos e Trabalho Mulheres Encarceradas



Núcleo Especializado da Situação Carcerária da Defensoria Pública do Estado

LADO A LADO

Organizações e pessoas que colaboram diretamente com as atividades do IDDD

Parceiros na execução de projetos

Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) | Associação pela Reforma Prisional (ARP) - Rio de Janeiro | Asociación por los Derechos Civiles (ADC) - Argentina | Cia. Pessoal do Fardoeste | CERJUSC - Peru | Conectas Direitos Humanos | Defensoria Pública do Estado de São Paulo | Centro de Estudios de Derecho, Justicia y Sociedad (Dejusticia) - Colombia | Escola da Defensoria Pública do Estado (Edepe) | Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas | Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo | Heco Produções | Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM) | Instituto de Defensores de Direitos Humanos (IDDDH) - Rio de Janeiro | Instituto de Estudios Comparados en Ciencias Penales de Guatemala (ICCPG) | Instituto de Estudios Comparados en Ciencias Penales y Sociales (INECIP) - Argentina | Instituto Sou da Paz | Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC) | Jambeiro Filmes | Justiça Global - Rio de Janeiro | NEV-USP | Núcleo Especializado de Combate a Discriminação, Pastoral Carcerária | Racismo e Preconceito da Defensoria Pública do Estado | Open Society Justice Initiative - Estados Unidos, Hungria e México | Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo | Presunción de Inocencia - México | Red Regional para la Justicia Previa al Juicio de América Latina | Rede Justiça Criminal | Secretaria de Estado da Administração Penitenciária (SAP) | Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo | UWE - Bristol, Reino Unido

48

Apoiadores

Instituições e pessoas que oferecem doações e serviços pro bono para o IDDD

Ara Vartanian | Bia Pássaro | Buffet Charlô | Claudio Tozzi | Eugênio Bucci | ESPM Social | FSB Comunicações | Instituto Tomie Ohtake | Jê Américo | Jeferson Kim | Lions Nightclub | Luiz Junqueira Arquitetos | Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados | Move Social | Roberta Harada | Viração Educomunicação

Apoio institucional

Centro de Detenção Provisória II de Guarulhos | Centro de Detenção Provisória I de Pinheiros | Centro de Detenção Provisória II de Pinheiros | Centro de Detenção Provisória III de Pinheiros | Complexo Penitenciário Adriano Marrey | Corregedoria dos Presídios Femininos da Capital | Defensoria Pública do Estado de São Paulo | Defensoria Pública da União | Escola Estadual Dep. Hugo Lacorte Vitale | Núcleo Especializado dos Direitos da Infância e da Adolescência da Defensoria Pública do Estado | Núcleo Especializado de Situação Carceária da Defensoria Pública do Estado | Penitenciária Feminina de Sant'Ana | Penitenciária Feminina da Capital | Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo | Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo | União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências | Vara de Execução Criminal de Guarulhos | Vara das Execuções Criminais de São Paulo

EXPEDIENTE

INSTITUTO DE DEFESA DO DIREITO DE DEFESA (IDDD)

Conselho Deliberativo

Arnaldo Malheiros Filho
Presidente

Luiz Fernando Sá e Souza Pacheco
Vice-presidente

Antônio Cláudio Mariz de Oliveira
Dora Marzo de Albuquerque Cavalcanti Cordani
Eduardo Augusto Muylaert Antunes
Flávia Rahal Bresser Pereira
José Carlos Dias
Leônidas Ribeiro Scholz
Luís Guilherme Martins Vieira
Márcio Thomaz Bastos
Maria Thereza Aina Sadek
Marina Dias Werneck de Souza
Nilo Batista

Conselho Fiscal

Claudio Demczuk de Alencar
Fernando Eugênio D'Oliveira Menezes
José de Oliveira Costa

Trabalharam no IDDD em 2013

Cristina Uchôa
Coordenadora de Comunicação
Janaina Soares Gallo
Assistente de Comunicação
Caio César Barbosa da Silva
Estagiário de Direito
Francisco Avolio Quartim Barbosa de Figueiredo
Estagiário de Direito
Samy Mitelman
Estagiário de Direito Voluntário
Fernando Marcelo Pinto Raposo
Estagiário de Comunicação Voluntário

Consultores contratados em 2013

Maíra Zapater
Pesquisadora
Mike Sousa
Produtor de Eventos
Rita Dias
Consultora Estatística

Diretoria

Augusto de Arruda Botelho
Presidente

Fábio Tofic Simantob
Vice-presidente

Daniella Meggiolaro Paes de Azevedo
Francisco de Paula Bernardes Jr.
Guilherme Madi Rezende
Hugo Leonardo
José Carlos Abissamra Filho
Ludmila Vasconcelos Leite Groch
Renata Mariz de Oliveira Mendonça de Alvarenga
Rodrigo Nascimento Dall'Acqua
Thiago Gomes Anastácio

Equipe

Isadora Fingermann
Coordenadora Geral
Patricia Cavalcanti Gois
Coordenadora Administrativa-Financeira
Arianna Maxmiria Praes
Coordenadora Pedagógica
Larissa Pereira Ocampos
Analista de Comunicação
Gabrielle Frujuello Garcia
Assistente Administrativa

Relatório

Augusto de Arruda Botelho
Presidente
Isadora Fingermann
Coordenadora geral
Larissa Ocampos
Analista de Comunicação
Lili Lungarezi
Designer

Tiragem:
1.000 exemplares
Impresso em dezembro/2013

CONTRIBUA COM O IDDD

Existem diversas maneiras de fortalecer nossa atuação em defesa do direito de defesa.

Conheça nossos projetos e decida qual deles apoiar:

SOS Liberdade

Direito de Defesa no Tribunal do Júri

Comunicação Réu e Defensor

Projeto Justiça Criminal (Rede de Justiça Criminal)

Intervenções pelo Direito de Defesa

Pesquisa “Uma Análise Crítica da Defensoria de São Paulo”

Pesquisa “Efetividade do Direito de Defesa na América Latina”

Educação para Cidadania no Cárcere

LIVREria

Educação para Direitos

Olhar Crítico

IDDDoc

Bate-papo

Jantar Anual de Confraternização

DOAÇÕES

O IDDD também aceita doações de pessoas físicas e jurídicas*, bem como prestação de serviços gratuitos e trabalho voluntário.

Entre em contato com nossa equipe para conhecer nossa política de parcerias.

idd@idd.org.br

www.iddd.org.br/contribua.aspx

**O instituto tem certificação para oferecer benefícios de incentivo fiscal*



id
dd

Instituto de Defesa do Direito de Defesa

www.iddd.org.br

Mantenedores do IDDD em 2013

ADVOCACIA
MARIZ DE OLIVEIRA

Cavalcanti
& Arruda Botelho
Advogados

DIAS E CARVALHO FILHO | ADVOGADOS



EDGARD LEITE
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Leite Tosto Barros

LEVY & SALOMÃO
ADVOGADOS

MALHEIROS FILHO - CAMARGO LIMA - RAHAL
ADVOGADOS

OLIVEIRA LIMA, HUNGRIA, DALL'ACQUA & FURRIER
ADVOCADOS

podval
antun
indalecio
raffaini
beraldo
ADVOGADOS

SOUZA, CESCUN, BARRIEU & FLESCH
ADVOGADOS

Tofic
Simantob | advogados

Márcio Thomaz Bastos

Mariana Monreau

Financiadores do IDDD em 2013

OPEN SOCIETY
FOUNDATIONS

FUNDO DE INVESTIMENTO SOCIAL
A. JACOB E BETTY LAFER

Fundação
ARYMAX